



FEG ENGENHARIA DE OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 005/2022

ENVELOPE 02

PROPOSTA DE PREÇOS

ABERTURA DIA 19/10/2022 ÀS 14:00 HS.

FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 80.372.808/0001-39



INDICE

- 1 Carta Proposta
- 2 Planilha Preços Unitarios / Orçamento
- 3 Cronograma Fisico Financeiro
- 4 Declaração de Conhecimento de Práticas Proibidas

2



FEG ENGENHARIA DE OBRAS

PROPOSTA DE PREÇOS

Foz do Iguaçu, 19 de Outubro de 2022

À Comissão de Licitação

Ref: Edital de Concorrência n° 005/2022.

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S nossa proposta de preços, relativa à Recape asfáltico de estrada vicinal em CBUQ, 9.750,00 m², incluindo os serviços preliminares, revestimento, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos., da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de **R\$ 1.095.051,50 (um milhão, noventa e cinco mil, cinquenta e um reais e cinquenta centavos)**.

O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias contados a partir do 21° (*vigésimo primeiro*) dia da data de assinatura do Contrato de Empreitada.


O prazo de validade da proposta de preços é de **60 (sessenta)** dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes n°1 e n°2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,



FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES

Procurador/Eng. Civil
CREA/PR 182065/D
RG n.º 10.862.818-9 SSP/PR





PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO									
Município: NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE									
Projeto: Recape de estrada vicinal em CBUQ									
Local da Obra: Prolongamento rua Severina Frizon Ruaro									
DESCRICAÇÃO DOS SERVIÇOS									
Código	Origem	UD	QUANT	UNIT	PROJETO ORIGINAL		(R\$) - PM	(R\$) - PM	TOTALS
					(R\$)	(R\$)			
SERVIÇOS PRELIMINARES									
1									3.564,04
74209/1	Orçacivil	un	1,00	3.564,04			3.564,04		
REVESTIMENTO									
PAV-085	PM curitiba	m2	9.750,00	0,55			5.362,50		
561100A	DER	m2	19.500,00	0,33			6.435,00		
589420B	DER mat	ton	9,75	5.233,97			51.031,21		
570000A	DER	ton	731,25	290,30			212.281,88		
589000H	DER mat	ton	40,22	7.119,80			286.358,36		
570000C	DER	ton	731,25	290,30			212.281,88		
589000J	DER mat	ton	40,22	7.119,80			286.358,36		
7									19.698,00
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO									
822000	DER	m2	600,00	32,83			19.698,00		
11									11.680,27
ENSAIOS TECNOLÓGICOS									
(Os custos com mobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)									
7.4	DAER/RS	un	14,00	157,80			2.209,20		
74022/53	SEIL/2016	un	14,00	92,31			1.292,34		
74022/56	SEIL/2016	un	14,00	75,23			1.053,22		
7.1	DAER/RS	un	14,00	123,03			1.722,42		
3.20	DAER/RS	gb	1,00	5.403,09			5.403,09		
PREÇO GLOBAL									1.095.051,50


FELIPE AUGUSTO LIMA-FERNANDES
 Diretor / Eng. Civil
 CREA/PR 182065/D
 RG - 10.862.818-9 SSP/PR



PAM		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU				PAVIMENTAÇÃO			
Município:	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	SAM	Edital no Município	Processamento prévio	Início previsto da Obra	Convenção	Repasso do Concedente	800.000,00	73,06%
Projeto:	Recupe de estrada vicinal em CBUQ	LOTE nº	Data	Dias	07/01/2023	nº	Contrapartida do Proponente	295.051,50	26,94%
Quantidade:	9.750,00 m2						Valor Total	1.095.051,50	100,00%
GRUPO	SERVIÇOS	N	1	2	3			TOTAL	% S/
ITEM								ITEM	TOTAL
	Data Início	7/1/23	7/2/23	10/3/23					
	Data Fim	6/2/23	9/3/23	9/4/23					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	50	50	50				3.564,04	0,33
4	REVESTIMENTO	50	50	50				1.060.109,19	96,81
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	20	80	25				19.698,00	1,80
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	15	60	25				11.680,27	1,07
TOTAIS								1.095.051,50	100
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (TESOURO E CONTRAPARTIDA)									
ITEM		1	2	3				TOTAL	% S/
								ITEM	
1T	SERVIÇOS PRELIMINARES	1.301,87	1.301,87					2.603,74	0,24%
1C	CONTRAPARTIDA	480,15	480,15					960,30	0,09%
4T	REVESTIMENTO	387.236,29	387.236,29					774.472,57	70,72%
4C	CONTRAPARTIDA	142.818,31	142.818,31					285.636,62	26,08%
7T	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	2.878,11	11.512,44					14.390,56	1,31%
7C	CONTRAPARTIDA	1.061,49	4.245,96					5.307,44	0,48%
11T	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	1.279,97	5.119,88					6.399,85	0,58%
11C	CONTRAPARTIDA	472,07	1.888,28					2.360,35	0,22%
T	TOTAIS	2.581,84	386.536,15	400.882,01				800.000,00	73,06%
C	CONTRAPARTIDA	952,22	146.248,23	147.851,05				295.051,50	26,94%
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO		R\$	3.534,06	542.794,38	548.733,06			1.095.051,50	100,00%
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %		R\$	0,32%	49,57%	50,11%			1.095.051,50	100,00%
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %		R\$	0,32%	49,89%	100,00%			OK	OK

Foz do Iguaçu, 19 de Outubro de 2022


FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES
 Diretor / Eng. Civil
 CREA/PR 182065/D
 RG - 10.862.818-9 SSP/IPR

13



**ANEXO VII
DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DE PRÁTICAS PROIBIDAS**

A empresa **FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **80.372.808/0001-39**, por seu representante legal Sr. **FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES, RG 10.862.818-9**, declara que tem conhecimento e aceita a aplicação da **POLÍTICA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO SOBRE PRÁTICAS PROIBIDAS**, abaixo descritas:

Práticas Proibidas

1.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades e pessoas físicas oferecendo propostas ou participando em um projeto financiado pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco 3 todos os atos suspeitos de fraude ou corrupção sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. Fraude e corrupção estão proibidas. Fraude e corrupção incluem os seguintes atos: (a) prática corrupta; (b) prática fraudulenta; (c) prática coercitiva e (d) prática colusiva. As definições a seguir relacionadas correspondem aos tipos mais comuns de fraude e corrupção, mas não são exaustivas. Por esta razão, o Banco também deverá tomará medidas caso ocorram ações ou alegações similares envolvendo supostos atos de fraude ou corrupção, ainda que não estejam relacionados na lista a seguir. O Banco aplicará em todos os casos os procedimentos referidos no parágrafo (c) abaixo.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte;

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,



FEG ENGENHARIA DE OBRAS

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 1.1(f) a seguir.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação 4 como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 1.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços,



FEG ENGENHARIA DE OBRAS

concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo "sanção" refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de

condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária; e

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 5 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais



FEG ENGENHARIA DE OBRAS

como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

1.2. Os Concorrentes ao apresentarem uma proposta e assinarem um contrato declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;
- (vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e
- (vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 1.1 (b).

Foz do Iguaçu, 19 de Outubro de 2022.



FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES

Diretor

RG n.º 10.862.818-9 SSP/PR

Handwritten mark